



## CENTRAL EÓLICA BORBOREMA I S.A.

CNPJ/ME nº 47.034.077/0001-46

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023	PASSIVO		
<b>ATIVO</b>				<b>Circulante</b>		
<b>Circulante</b>				Fornecedores		
Caixa e equivalente de caixa	10	13	59	Impostos a pagar		
Impostos a compensar	11	2	-			
Outros créditos	14	94	-			
Derivativos contratados	17	2.219	-	<b>Não circulante</b>		
				Partes relacionadas		
<b>Não circulante</b>				Derivativos contratados		
Partes relacionadas	12	1.061	-	12	47.541	-
Cauções e depósitos vinculados	13	200	-	17	141	8.313
Imobilizado	15	126.249	4.432	<b>Total do passivo</b>	<b>47.682</b>	<b>8.313</b>
Derivativos contratados	17	181	181	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>92.610</b>	<b>8.899</b>
				Capital social	37.128	4.946
<b>Total do ativo</b>		<b>127.691</b>	<b>4.613</b>	Outros resultados abrangentes	1.181	(9.042)
				Prejuízos acumulados	(900)	(132)
				<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>37.409</b>	<b>(4.228)</b>
				<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>130.019</b>	<b>4.672</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

## 1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Central Eólica Borboreira I S.A. ("Companhia" ou "Borboreira I"), Sociedade Anônima de capital fechado, constituída em julho de 2022, tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção, exploração do potencial de central geradora eólica EOL Borboreira I e a comercialização da energia a ser gerada por esse empreendimento, bem como a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essas atividades. A Companhia tem sede e fuso na A Companhia tem sede e fuso na Rua Werner Von Siemens, nº 111, codlog 44191-0, prédio nº 22, bloco A, sala 83, Lapa do Baixo, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. A Companhia é controladora direta é a EDP Renováveis Brasil S.A. e a controladora final é a EDP - Energias de Portugal S.A. 1.1 Autorização da central geradora sólida EOL Serra da Borboreira I: Em 23 de agosto de 2021 a EOL Borboreira I foi autorizada pela ANEEL como objeto de exploração para fins de geração de energia na modalidade de produção independente por 35 anos, a contar desta data de publicação, com término de vigência em 22 de agosto de 2056. A Companhia, por meio da EDP Renováveis Brasil S.A., em 27 de maio de 2022, vendeu 13,9 MW médio de energia no 36º Leilão do Energia Nova, por meio do projeto de geração eólica EOL Serra da Borboreira I, localizado no Estado da Paraíba, região nordeste do Brasil. O contrato de venda de energia no Ambiente de Contratação Regulado - ACR deve ser pelo prazo de 20 anos, com início previsto para janeiro de 2026.

Central Eólica Borboreira I S.A.: Produtor Independente

Modalidade Autoração

Outorga PB

Estado Capacidade instalada (MW)

Início 23/08/2021

Término 22/08/2026

1.2 Capital circulante líquido negativo: Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo R\$ 42.601 (R\$627) em 31 de dezembro de 2023, devido ao fato de o parque eólico estar em fase de desenvolvimento e construção. O equacionamento do capital de giro no exercício de 2024 será alcançado da seguinte forma (i) liberação do financiamento junto aos Bancos de Desenvolvimento (ii) aporte de capital da sua controladora.

2 BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS)), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (IFRS® Accounting Standards)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, com base nos planos da administração, entende que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 30 de maio de 2025. 2.2 Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota explicativa n° 21 de Instrumentos Financeiros. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa n° 4.

## 3 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de Reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

## 4 JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de eventualmente causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios sociais, estão contempladas nas seguintes notas explicativas. • Imobilizado: determinação do valor recuperável do imobilizado, com base nos estudos de viabilidade do projeto (nota explicativa n° 15). • Derivativos contratados: classificação dos instrumentos derivativos financeiros (nota explicativa n° 17).

## 5 RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumarizadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário. a) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo amortizado que equivale ao custo acrescido de juros auferidos ate a data do balanço. b) Imobilizado: Terrenos, edificações e máquinas e equipamentos compõem, principalmente, o parque eólico. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico. O custo histórico inclui os gastos diretamente atributíveis à aquisição dos itens e pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra do imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também poderá incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e na instalação do empreendimento, são reconhecidas como custo do projeto.

7 REFORÇO TRIBUTÁRIO SOBRE CONSUMO

A Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023, promoveu significativa alteração no sistema tributário nacional brasileiro no que concerne à tributação sobre o consumo. Dentro as mudanças, destaca-se a extinção do PIS, COFINS, ICMS, ISS e alteração quanto ao IPI, dando lugar ao IVA Dual (Contribuição Sobre Bens e Serviços "CBS" - Federal e Imposto sobre Bens e Serviços "IBS" - Estadual e Municipal), além do Imposto Seletivo - Federal. Em janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214/25, que regulamenta parte da Reforma Tributária, estando em tramitação no Congresso Nacional o Projeto de Lei Complementar nº 108/24, que visa, principalmente, a regulamentação do Comitê Gestor do IBS. A transição para o novo modelo ocorrerá gradualmente entre 2026 e 2032. Durante esse período, os tributos antigos serão progressivamente substituídos pelos novos, portanto, os efeitos da Reforma Tributária sobre o consumo não são verificados nas demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. O Grupo EDP acompanha a evolução do tema sobre Reforma Tributária desde o início e permanece avaliando os impactos.

8 IMPACTOS DO AMBIENTE GEOPOLÍTICO E MACROECONÔMICO

Os fatores geopolíticos continuam provocando mudanças significativas no cenário de risco global, bem como impacto econômico generalizado tanto nas regiões diretamente afetadas quanto globalmente onde as empresas se envolvem em atividades econômicas transfronteiriças. As entidades devem considerar cuidadosamente suas exposições diretas e indiretas a conflitos geopolíticos e forneçerem as divulgações necessárias de maneira que seja adequadamente adaptada às suas circunstâncias individuais. Além disso, altas taxas de inflação, assim como altas taxas de juros podem ser uma fonte significativa de incerteza de estimativa e podem ter um impacto material no valor contábil de ativos e passivos. Para uma série de jurisdições, picos recentes na inflação e nas taxas de juros podem estar se estabilizando ou até mesmo diminuindo, o que pode exigir atualizações na divulgação decorrente da redução na volatilidade. Algumas entidades ainda podem precisar atualizar julgamentos e estimativas, bem como divulgações relacionadas, para os impactos da incerteza econômica em andamento. As entidades também podem precisar atualizar a análise de sensibilidade para refletir uma faixa razoável possível de mudanças nas taxas de juros e continuar a considerar o impacto que a inflação e as altas taxas de juros tiveram em seu desempenho e posição financeira. O aumento da inflação e das taxas de juros afetará as medições do valor justo, as estimativas de fluxo de caixa futuro esperado, as taxas de desconto usadas para determinar o valor presente dos fluxos de caixa, os indicadores de imparidade e os testes de imparidade. O aumento da inflação e das taxas de juros também pode causar incerteza quanto ao custo de financiamento. Para enfrentar as ameaças físicas nas atividades de distribuição, as controladas de distribuição estão constantemente investindo em novos ativos, novas tecnologias, manutenção preventiva, infraestruturas mais resilientes. Para o enfrentamento das ameaças de transição, o constante acompanhamento da agência reguladora do setor, articulação setorial, constante análise e reavaliação de seu processo operacional e inovação são estratégias adotadas para mitigação desses riscos. No pilar de mitigação descarbonização, a Companhia continua investindo em novos ativos e tecnologias para garantir que exista uma relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge. A relação de cobertura é eficaz, uma vez que as alterações na taxa de câmbio que podem afetar a valorização da moeda estrangeira das contribuições de capital (item coberto) serão compensadas pelo impacto das alterações da taxa de câmbio no MMF do instrumento de cobertura (FWDs) compensando a exposição. A eficácia do hedge pode ser mensurada com segurança, com base na forte correlação observada entre as taxas de câmbio utilizadas na contratação da operação de compra de equipamentos se comparadas as taxas contratadas no derivativo.

6 RISCOS CLIMÁTICOS

Os riscos relacionados ao Clima foram caracterizados como estratégicos para o Grupo EDP - Energias do Brasil. A esse nível é avaliada a forma como as alterações climáticas afetam os negócios da Companhia e suas controladoras, considerando as alterações nos padrões do clima (riscos físicos) e transição acelerada para uma economia de baixo carbono (risco de transição climática). Esses fatores são discutidos, periodicamente, pela Administração da Companhia. A gestão destes riscos e oportunidades é realizada no âmbito do Plano Estratégico Climático (PEC 23-26) que direciona a atuação da Companhia através dos pilares de adaptação e mitigação, de descarbonização e transição justa e duradoura. O pilar de adaptação e gestão de riscos, foco é o aumento da resiliência da Companhia diante das alterações climáticas, através de uma metodologia de identificação, priorização e tratamento de riscos incorporando conceitos cada vez mais alinhados com a ciência climática e com as diretrizes do TCFD (Task-force on Climate-related Financial Disclosures). Por meio de Planos de Adaptação Climática para cada uma das unidades de negócio, a Administração do Grupo EDP - Energias do Brasil planeja e executa ações para responder a ameaças climáticas, que trazem riscos à sua operação e à sociedade. Para enfrentar as ameaças físicas nas atividades de distribuição, as controladas de distribuição estão constantemente investindo em novos ativos, novas tecnologias, manutenção preventiva, infraestruturas mais resilientes. Para o enfrentamento das ameaças de transição, o constante acompanhamento da agência reguladora do setor, articulação setorial, constante análise e reavaliação de seu processo operacional e inovação são estratégias adotadas para mitigação desses riscos. No pilar de mitigação descarbonização, a Companhia continua investindo em novos ativos e tecnologias para garantir que exista uma relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge. A relação de cobertura é eficaz, uma vez que as alterações na taxa de câmbio que podem afetar a valorização da moeda estrangeira das contribuições de capital (item coberto) serão compensadas pelo impacto das alterações da taxa de câmbio no MMF do instrumento de cobertura (FWDs) compensando a exposição. A eficácia do hedge pode ser mensurada com segurança, com base na forte correlação observada entre as taxas de câmbio utilizadas na contratação da operação de compra de equipamentos se comparadas as taxas contratadas no derivativo.

7 RISCOS DE MIGRAÇÃO CLIMÁTICA

8 IMPACTOS DA REGULADORA E DO SETOR

9 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES VIGENTES E NÃO VIGENTES

10 ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

11 INFLAÇÃO E CUSTOS DE PRODUÇÃO

12 RISCOS DE MIGRAÇÃO CLIMÁTICA

13 RISCOS DE MIGRAÇÃO CLIMÁTICA

14 RISCOS DE MIGRAÇÃO CLIMÁTICA

15 RISCOS DE MIGRAÇÃO CLIMÁTICA

16 RISCOS DE MIGRAÇÃO CLIMÁTICA

17 RISCOS DE MIGRAÇÃO CLIMÁTICA

18 RISCOS DE MIGRAÇÃO CLIMÁTICA

19 RISCOS DE MIGRAÇÃO CLIMÁTICA

20 RISCOS DE MIGRAÇÃO CLIMÁTICA

21 RISCOS DE MIGRAÇÃO CLIMÁTICA

22 RISCOS DE MIGRAÇÃO CLIMÁTICA

23 RISCOS DE MIGRAÇÃO CLIMÁTICA

24 RISCOS DE MIGRAÇÃO CLIMÁTICA

25 RISCOS DE MIGRAÇÃO CLIMÁTICA

26 RISCOS DE MIGRAÇÃO CLIMÁTICA

27 RISCOS DE MIGRAÇÃO CLIMÁTICA

28 RISCOS DE MIGRAÇÃO CLIMÁTICA

29 RISCOS DE MIGRAÇÃO CLIMÁTICA

30 RISCOS DE MIGRAÇÃO CLIMÁTICA

31 RISCOS DE MIGRAÇÃO CLIMÁTICA

32 RISCOS DE MIGRAÇÃO CLIMÁTICA

33 RISCOS DE MIGRAÇÃO CLIMÁTICA

34 RISCOS DE MIGRAÇÃO CLIMÁTICA

35 RISCOS DE MIGRAÇÃO CLIMÁTICA

36 RISCOS DE MIGRAÇÃO CLIMÁTICA

37 RISCOS DE MIGRAÇÃO CLIMÁTICA

38 RISCOS DE MIGRAÇÃO CLIMÁTICA

39 RISCOS DE MIGRAÇÃO CLIMÁTICA

40 RISCOS DE MIGRAÇÃO CLIMÁTICA

...continuação

## CENTRAL EÓLICA BORBOREMA I S.A. | CNPJ nº 47.034.077/0001-46

## 19 DESPESAS OPERACIONAIS

31/12/2024 31/12/2023

Despesas operacionais	
Serviços de terceiros e materiais	(109)
Despesas gerais e administrativas	(16)
Outras despesas operacionais	(10)
<b>Total</b>	<b>(209)</b>

## 20 RESULTADO FINANCEIRO

31/12/2024 31/12/2023

Receitas financeiras	
Receitas com derivativos	221
<b>Total</b>	<b>221</b>

## Despesas financeiras

Despesas com derivativos	(781)
Outras despesas financeiras	(1)
<b>Total</b>	<b>(780)</b>

## Total

## 21 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

**Considerações gerais:** A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que as atualizações das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operationalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

**Classificação dos instrumentos financeiros:** As classificações dos ativos e passivos financeiros utilizadas pela Companhia para classificação, reconhecimento e mensuração estão divulgadas na nota explicativa nº 5.

**Nota** **Categoria** **Nível** **31/12/2024** **31/12/2023**

Ativos financeiros				
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	10 Custo amortizado	Nível 1	13	59
Derivativos contratos hedge	17 Custo amortizado	Nível 1	2.219	-
Outros créditos	14 Custo amortizado	Nível 1	94	-
<b>Não circulante</b>				
Cauções e depósitos vinculados	13 Custo amortizado	Nível 2	200	-
Derivativos contratos hedge	17 Valor Justo ao resultado abrangente	Nível 2	181	181
Partes relacionadas	12 Custo amortizado	Nível 1	1.061	4.432
<b>Total ativo</b>			<b>3.767</b>	<b>4.672</b>
<b>Passivos financeiros</b>				
<b>Circulante</b>				
Fornecedores	16 Custo amortizado	Nível 1	44.798	575
<b>Não circulante</b>				
Derivativos contratos hedge	17 Valor Justo ao resultado abrangente	Nível 2	141	8.313
Partes relacionadas	12 Custo amortizado	Nível 2	47.541	-
<b>Total passivo</b>			<b>92.480</b>	<b>8.888</b>

**21.1 Mensuração a valor justo:** A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo da Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos financeiros: (i) Nível 1. Preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; (ii) Nível 2. Diferentes preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente, na seguinte nota explicativa. (iii) Nível 3. Para o ativo ou passivo que são

baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas no mercado. **21.2 Risco de juros:** O risco de juros é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelados a esses indexadores. Deve-se considerar que se houver aumento da inflação e da taxa SELIC, poderemos ter um custo maior na realização dessas operações. Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da Companhia e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado dessa parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados. **Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros:** A Companhia realizou uma análise em seus instrumentos financeiros, com objetivo de ilustrar sua sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado, supondo: Cenário I: estabilidade das taxas de juros e os respectivos indexadores anuais apurados na data base 31 de dezembro de 2024 (CDI 10,89% a.a.); Cenário II: redução / elevação do índice em 25% e; Cenário III: redução / elevação do índice em 50%. A projeção dos efeitos decorrentes da aplicação desses cenários no resultado financeiro da Companhia para os próximos 12 meses seria a seguinte:

**Instrumentos** **Indexante** **Exposição** **Cenário I** **Cenário II** **Cenário III**

Ativo Financeiro					
Cauções e depósitos vinculados	CDI	200	-	-	-
<b>Total</b>	<b>200</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

**21.3 Risco de liquidez:** O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. A Administração da Companhia somente utiliza linhas de crédito que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetuadas. A companhia apresentou capital circulante negativo em 2024, e a estratégia para revertêr esse saldo está descrita na nota 1.2. Os ativos financeiros mais expressivos são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 10). A Companhia, em 31 de dezembro de 2024, tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata. A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. As informações na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

<b>Valor contábil</b>	<b>Total</b>	<b>Até 1 ano</b>	<b>Entre 1 e 3 anos</b>	<b>Entre 3 a 5 anos</b>	<b>Açma de 5 anos</b>
Fornecedores	44.798	44.798	44.798	-	-
Partes relacionadas	48.602	48.602	48.602	-	-
<b>Total</b>	<b>93.400</b>	<b>93.400</b>	<b>93.400</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

**21.4 Risco de crédito:** O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de "Caixa e equivalente de caixa e Cauções e depósitos vinculados". O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data de 31 de dezembro de 2024 é:

<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Caixa e equivalentes de caixa	13
Cauções e depósitos vinculados	200
<b>Total</b>	<b>213</b>
<b>59</b>	<b>59</b>

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura, planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras. Esse mecanismo agrupa contabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais. Outra importante fonte de risco de crédito é associada as aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energia de Portugal, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energia de Portugal, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado available

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

(IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

No elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras,

independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente

para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles

por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o rating do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas. **21.5 Risco cambial:** O Grupo atua internacionalmente e está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao Euro (EUR) e Dólar americano (USD). A administração estabeleceu uma política que exige que as empresas do Grupo administrem seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. As empresas do Grupo, cujas operações estão expostas ao risco cambial, são requeridas a proteger suas posições via operações de hedge, efetuadas sob a orientação da Tesouraria do Grupo. As transações previstas altamente prováveis, protegidas por hedge, mantidas em moeda estrangeira devem ocorrer em diversas datas durante os próximos 12 meses. Ganhos e perdas reconhecidos como reserva de hedge no patrimônio líquido referentes a contratos de câmbio a termo, em 31 de dezembro de 2024, são reconhecidos na demonstração do resultado no período ou nos períodos em que a transação prevista é protegida por hedge afetar o resultado. Isso ocorre, geralmente, no período de 12 meses da data do balanço, a menos que o ganho ou a perda estejam incluídos no valor inicial reconhecido para a aquisição de bens do ativo imobilizado e, nesse caso, o reconhecimento é feito durante a vida útil do ativo. **21.6 Riscos regulatórios:** As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pela agência reguladora (ANEEL) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE, ONS etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre sua atividade.

## 22 COMPROMISSOS CONTRATUAIS

Em 31 de dezembro de 2024, os compromissos de compras (que não estão registrados nas demonstrações financeiras), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

	< 1 ano	1 - 3 anos	3 - 5 anos	> 5 anos	Total
Obrigações de compras	23	-	-	-	23

**Total**

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da construção do parque eólico.

As obrigações de compra incluem essencialmente os contratos de prestação de serviço e de compra de peças dos aerogeradores para manutenção do Parque, além dos contratos relativos ao fornecimento de serviços e serviços no âmbito da atividade operacional da Companhia.

A Companhia assinou contrato de comercialização de energia no ambiente regulado com diversos distribuidores de energia. Tais contratos têm prazo de vigência de janeiro 2024 a dezembro 2038, conforme divulgado na nota explicativa nº 1.

## 23 COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Não é objeto do trabalho dos nossos auditores independentes avaliar a suficiência dessas coberturas. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentava a seguinte principal apólice de seguro contratada com terceiros:

Descrição	Ramos da apólice	Límite Máximo de Indenização
<tbl\_info cols="